

PROTOCOLO DE CONSULTA

A voz dos povos nativos que sustentam a vida nas águas



COMUNIDADE TRADICIONAL DOS POVOS DAS ÁGUAS DE ACAÚ

**(Pescadoras, Pescadores, Marisqueiras,
Catadoras e Catadores)**

**Acaú - Paraíba
2026**

A voz dos povos nativos que sustentam a vida nas águas

PROTOCOLO DE CONSULTA: COMUNIDADE TRADICIONAL DOS POVOS DAS ÁGUAS DE ACAÚ

**(Pescadoras, Pescadores, Marisqueiras,
Catadoras e Catadores)**

**Acaú - Paraíba
2026**

**Este Protocolo de Consulta
foi construído por nós,
membros da comunidade,
Pesqueira, Marisqueira e
Catadores de Acaú, em
Pitimbu na Paraíba.**





**“Aqui tem gente que
pesca na praia.
Tem gente que vai pro
alto mar.
Tem quem marisque,
quem limpe peixe, quem
venda, quem cuide da
casa.
O trabalho é diferente —
mas o território é o
mesmo.
Estamos aqui porque
vivemos da pesca, do
mar, do rio, do mangue.
O território não é só
chão e água — é história,
é trabalho, é vida.”**

Juventude de Acaú

PARTICIPANTES DAS OFICINAS:

Abondete dos Santos Ferreira
Albenilda Araújo de Araújo
Alessandro Nunes da Silva
Alexsandro Aurélio da Conceição
Ana Neves da Silva
Ana Paula Batista
Andrea Lima de Albuquerque
André Nogueira de Araújo
Célia Maria dos Santos
Clecia Basilio dos Santos
Cleonilda Basilia dos Santos
Elenildo Maciel de Oliveira
Elivelton Barros da Silva
Elizângela Dantas da Silva
Francisca Barros
Francisco Canindé Dantas
Geane Lima de Abreu
Gerusa Alexandre Pereira
Givanildo Barros
Jasilene Carlito da Silva
José Batista de Souza Neto
José Carlos Alves
José Roque de Melo Filho
Josineide Guedes dos Santos
Laylla Beatriz Oliveira
Leandro Ferreira da Silva
Leandro Ferreira da Silva Filho
Letícia Farias de Araújo
Lindalva Tavares da C. Ramos

Maria das Neves Felix do Nascimento
Maria das Neves Maracajá Pessoa Neta
Maria de Amparo da Silva Melo
Maria José Gonçalves da Silva
Maria Ranudo Gomdo Silva
Maria Rayanne Felix Cavalcante
Mauricea da Silva Cunha
Nadiedja Silva Santos
Patrícia Silva dos Santos
Paulo de Moraes Pessoa
Renata Maria da Silva Santos
Rildacy Alves dos Santos
Rilsania dos Santos Silva
Roseane Cavalcante Ferreira
Sandra Maria de Souza Santos
Sandro de Monteiro dos Santos
Sandro dos Santos Junior
Silvana de Oliveira Souza
Sirlene Maria da Silva Santos
Taciana da Costa Rodrigues
Terezinha Vicente da Silva
Thalyta Crislayne dos Santos
Umberto Paulo de Santana Neto

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS:

AMA - Associação de Mulheres
Marisqueiras, Artesãs e Cozinheiras
de Acaú.
Colônia dos Pescadores Z-10 de Acaú



FICHA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO:

**GRETAS - Grupo de Reflexão e Estudos
em Trabalho, Ambiente e Saúde / UFPB
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
e Pescadoras**

APOIO:

NGI Cabedelo - Núcleo de Gestão Integrado Cabedelo / RESEX ACAÚ-GOIANA

FOTOS:

Daniel Figueiras Alves - GRETAS

Laura Lujan Ausilio Diniz - GRETAS

Leandro Pereira Ribeiro Neto - GRETAS

Lucas Costa Nunes - GRETAS

Kauan Victor dos Santos Guedes - GRETAS / Juventude de Acaú

Alana Emily Barbosa da Silva - GRETAS / Juventude de Acaú

Sabrina Carmem da Silva - GRETAS / Juventude de Acaú

Thalyta Crislayne dos Santos - Juventude de Acaú

ILUSTRAÇÃO CAPA:

Kauan Victor dos Santos Guedes - GRETAS/ Juventude de Acaú

ILUSTRAÇÕES: DESENHOS:

Caio Cavalcante - GRETAS





**No Rio e no Mar
Pescadores na luta!**

Nos açudes e nas barragens: Pescando Liberdade!

**Hidro-negócio: Resistir!
Cercas nas águas: Derrubar!**

Território Livre Já!





SUMÁRIO

1. O QUE É ESTE PROTOCOLO?	09
2. QUEM SOMOS NÓS?	10
3. LINHA DO TEMPO DE ACAÚ	18
4. CRIAÇÃO DO PROTOCOLO	20
5. CARTOGRAFIA SOCIAL DE ACAÚ	26
6. COMO A COMUNIDADE QUER SER CONSULTADA?	30
7. PASSO A PASSO DA CONSULTA	32
8. CORDEL PROTOCOLO DE ACAÚ	34







1. O QUE É ESTE PROTOCOLO?

Este Protocolo de Consulta vai além da conformidade legal. Nós, pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejo de Acaú, somos os Povos das Águas e entendemos que o Protocolo de Consulta é a nossa voz transformada em documento.

Para a gente, ele funciona como um instrumento de defesa para proteger nosso território e nosso modo de vida. É como se fosse o registro de nascimento da nossa comunidade ou a escritura do nosso terreno, um documento que garante que ninguém pode chegar aqui "destruindo tudo" sem nos perguntar o que queremos.

Esse nosso direito é garantido pelo acordo internacional, chamado Convenção 169 da OIT, que diz que devemos ser consultados de forma livre, prévia, informada e de boa-fé antes de ser tomada qualquer decisão que mude nossa vida no mar, no rio ou no mangue.

No protocolo, a gente escreve as nossas próprias regras, servindo para mostrar que estamos organizados e que temos autonomia. É a nossa forma de dizer: "pra falar com a gente, tem que ser assim", garantindo que a maré continue com as portas abertas para os nossos filhos e netos, sem cercas na nossa praia e com o nosso território preservado.

Este protocolo nasce da nossa organização coletiva.

Ele afirma nosso direito de sermos consultados de forma livre, prévia, informada e respeitosa sempre que qualquer decisão afetar nosso território e nossas vidas!





2 . QUEM SOMOS NÓS?

Somos povos das águas de Acaú. Nossa vida está ligada ao mar, à praia, ao mangue e ao Rio Goiana, de onde tiramos nosso sustento, onde há fortes laços com nossa cultura e que são, certamente, elementos vitais entrelaçados na nossa forma de viver.

Vivemos da pesca, da mariscagem e de outras práticas tradicionais, construídas com o conhecimento passado entre gerações. Nosso saber nasce da convivência com o mar, com o rio e com os ciclos da natureza.

Nossa história é marcada pela resistência. Enfrentamos ameaças que colocam em risco nosso modo de vida, muitas vezes sem sermos ouvidos e respeitados nas decisões que afetam nossa comunidade. Todavia, é certo que, unidos e organizados, podemos defender nosso território.

Para nós, o território não é apenas um lugar, ele é parte de quem somos. O mar, a praia, o rio e o mangue são espaços de vida, trabalho, memória e momento de lazer, onde mantemos viva nossa cultura.



A nossa comunidade tradicional está diretamente ligada aos nossos antepassados que, através das gerações, colaboraram para construirmos nossos costumes, tradições, experiências, crenças e, principalmente, o sustento que vem a partir da pesca no nosso território, em que nunca nos falta trabalho nem alimento, já que o chefe é a maré e a própria jangada.

Nossa cultura é preservada graças ao respeito e ao modo de vida que nós, pescadores, pescadoras, marisqueiras, catadores de crustáceos e artesãos da comunidade tradicional de Acaú, mantemos, defendendo e celebrando nossa cultura e território.

O nosso modo de vida tradicional está diretamente ligado à defesa do nosso território, entre o chão, o rio e o mar, que formam nossa biodiversidade, cultura e identidade, com o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

Acaú faz parte de Pitimbu, município localizado na microrregião do Litoral Sul paraibano, com o maior litoral do estado nos seus 26 km de praia. Acaú é caracterizado pela beleza natural com a presença de manguezal e da foz do rio Goiana, com grande diversidade ecológica da fauna e da flora local, além do grande valor social, econômico e cultural para a comunidade tradicional que vive e busca alimento e sustento para nossas famílias.

A história de Acaú, composta pelas experiências de vida de nós pescadores e pescadoras, das marisqueiras, dos catadores e catadoras de crustáceos e dos artesãos, se caracteriza pela organização e pela luta da comunidade na defesa do território e do modo de vida tradicional.

Compreendemos que nossa sobrevivência e cultura dependem da diversidade de nossas formas de trabalho, que vão muito além da pesca de jangada. Nós somos pescadores e pescadoras artesanais que utilizamos técnicas como a pesca de facho, o uso de redes, o arrastão, o mangote, a linha e o manzuá, entre outros, para garantir o sustento.





Nós enquanto marisqueiras e catadores realizamos a "tirada do fruto do mar" diretamente nas croas e no mangue, coletando ostra, siri, sururu, aratu, taioba, gatapú e unha de véi. Nós enquanto pescadores e pescadoras, mantemos vivos ofícios essenciais como a carpintaria naval, a condução de embarcações, a confecção, o remendo e a utilização de redes, saberes passados de geração em geração que garantem que nunca falte trabalho, sempre respeitando o ritmo das marés, junto ao trabalho dos mestres, mestras, artesãos e artesãs da comunidade.

Nosso território abrange a praia, o manguezal, o rio e a orla, espaços de vida e afeto onde construímos nossa identidade. A existência da Resex - Acaú Goiana é uma importante ferramenta de defesa, garantindo o reconhecimento jurídico de que este chão pertence ao povo tradicional. Lutamos para proteger áreas como a Pedra da Galé e as croas do Barbudo, da Barra Nova da Pontinha, entre outras, contra ameaças como a poluição industrial, o esgoto e as invasões do turismo predatório e dos grandes empreendimentos, pois sabemos que cuidar do equilíbrio do mangue e respeitar o período de defeso é o que garante que a "maré sempre terá a porta aberta" para as futuras gerações.



Nossa identidade e pertencimento se manifestam na nossa união e nas nossas manifestações culturais, que celebram o modo de vida das águas. Fortalecemos nossos laços em festas como o Festival da Lagosta, o Festival do Marisco, Festa de Santa Rita, a Corrida de Caicó e a Festa de São Pedro, onde nossa culinária típica, nossas expressões artísticas populares, como a dança do coco das marisqueiras, ganham vida.

Através das organizações da comunidade como a Colônia Z-10 de Acaú, a Associação das Marisqueiras de Acaú (AMA) e o Conselho da Resex, procuramos defender nosso território e nossos direitos do modo de vida tradicional, utilizando este Protocolo de Consulta como um instrumento de resistência para que nossos costumes ancestrais e nossa voz coletiva sejam respeitados em qualquer decisão sobre o nosso território.

Sentimos no dia a dia as ameaças que vêm chegando ao nosso território e aos nossos direitos. Elas aparecem com a instalação, sem consulta prévia e sem garantia de direitos, de grandes empreendimentos, indústrias, fábricas, usinas e grandes projetos que não respeitam nosso modo de vida e não enxergam o rio, o mangue e o mar como vida, mas apenas como um espaço de exploração, com a anuência do Estado e com ausência de políticas públicas efetivas.

A poluição é uma das maiores dores do nosso território. O esgoto lançado no rio, o lixo descartado de forma errada ferem o mangue, aliado ao turismo predatório, adoecem a água, silenciam a pesca e o sustento das famílias que dependem desses territórios. Quando o rio, os manguezais e o mar sofrem, nós sofremos junto, porque é dele que tiramos o alimento, o sustento e a continuidade da nossa história.

Nosso direito é simples: praia limpa, mangue vivo e a liberdade de pescar e transitar com respeito à natureza, do jeito que aprendemos com nossos antepassados. Essas ameaças não atingem apenas a natureza, atingem nossa forma de existir. Cada área degradada, cada mangue invadido e cada direito negado é uma ferida aberta no território que sustenta os povos das águas de Acaú.









3. Linha do Tempo de Acaú

1970 - Z4 Colônia de Pitimbu:

Já existia a Colônia Z4 em Pitimbu, referência para organização dos pescadores da região. Acaú ainda era atendida por ela.

1988 - Associação dos Pescadores Pobres de Acaú:

Primeira organização própria de Acaú. Surge para defender pescadores artesanais e lutar por território e direitos básicos da comunidade.

1995 - Colônia de Pescadores Z10 Manoel A. Lima 7:

Acaú se desmembra da Z4 e cria sua colônia própria, a Z10. Marco de autonomia política dos pescadores e pescadoras locais.

1997 - Associação das Marisqueiras Pobres de Acaú:

Mulheres marisqueiras se organizam para defender o trabalho no mangue e na croa.

2026 - Protocolo em Acaú:

Construção de protocolo comunitário. Documento que registra regras, saberes e direitos da comunidade sobre o uso do território.

2025 - Caravana da Resistência:

Mobilização regional em defesa do território tradicional. Reafirma a luta contra turismo predatório, grandes empreendimentos e poluição.

2019 - AMA oficializada:

Associação das Marisqueiras Pobres de Acaú muda de nome e vira AMA. Consolida o protagonismo das mulheres na luta e na economia local.

2012 - Instalação do Conselho da RESEX:

Conselho Deliberativo começa a funcionar. Pescadores, marisqueiras, poder público e sociedade decidem juntos sobre gestão do território.

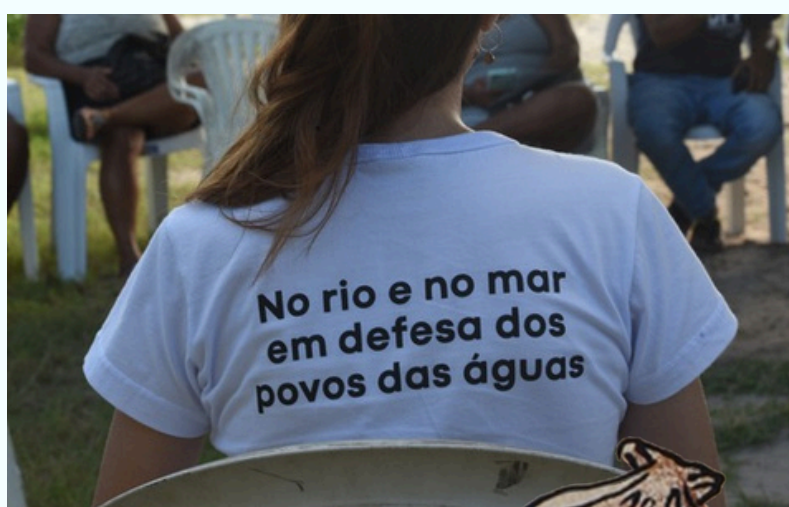
2007 - Criação da RESEX Acaú-Goiana:

Após anos de mobilização contra poluição industrial e especulação, é criada a Reserva Extrativista. Garante o direito de uso tradicional do manguezal, rio e mar pela comunidade.

4. CRIAÇÃO DO PROTOCOLO

A definição de Acaú como a primeira comunidade a iniciar o processo de construção do Protocolo de Consulta não ocorreu de forma imediata ou isolada. Ela foi resultado de um percurso coletivo construído ao longo da “Caravana da Resistência”, realizada durante o ano de 2025 nas seis comunidades da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. Mais do que uma série de oficinas, a Caravana constituiu um espaço de encontro, escuta e fortalecimento político entre pescadores, pescadoras, marisqueiras, lideranças comunitárias e representantes das associações locais, permitindo que as comunidades compartilhassem suas experiências, preocupações e formas históricas de resistência em defesa do território.

Ao longo dos encontros, realizados em São Lourenço, Carne de Vaca, Tejucupapo, Acaú, Porto do Congaçari e Baldo do Rio, foram debatidos os direitos assegurados pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), especialmente o direito à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé. Paralelamente, às oficinas também possibilitaram que as comunidades compreendessem, de forma mais acessível, o processo de licenciamento ambiental do terminal portuário flutuante de combustíveis e os possíveis impactos do empreendimento sobre os modos de vida tradicionais da RESEX.





As atividades desenvolvidas durante a Caravana despertaram reflexões comuns entre os participantes. Ao construírem coletivamente linhas do tempo sobre os conflitos territoriais e as formas de resistência já vivenciadas, as comunidades passaram a identificar que, embora cada território possuísse suas particularidades, havia ameaças compartilhadas e uma necessidade comum de fortalecimento dos instrumentos de defesa territorial. Foi nesse ambiente de diálogo e construção coletiva que amadureceu a ideia de elaboração dos Protocolos de Consulta como estratégia de proteção dos territórios tradicionais.



A decisão sobre qual comunidade iniciaria esse processo ocorreu em reunião realizada no dia 28 de julho de 2025, na Comunidade Quilombola de São Lourenço. Na ocasião, após as trocas acumuladas durante toda a Caravana, definiu-se coletivamente que Acaú seria a primeira comunidade a construir seu protocolo. A escolha esteve relacionada à forte mobilização comunitária já existente no território, especialmente protagonizada pelas marisqueiras e lideranças locais, bem como à centralidade de Acaú diante dos impactos associados ao empreendimento portuário em discussão. Assim, a escolha de Acaú não representou apenas um ponto de partida metodológico, mas também o reconhecimento da trajetória de organização e resistência construída pela comunidade ao longo do tempo.



Na construção do protocolo de consulta na comunidade de Acaú foi criado espaço de escuta e diálogo coletivo por meio de metodologias de engajamento. A participação de pescadores(as), marisqueiras, moradores, juventude e representantes comunitários permitiu que diferentes vozes se expressassem e contribuíssem para o documento em defesa do nosso território.

Igreja Católica de Acaú

A primeira reunião para a construção do Protocolo de Consulta Comunitário foi na Igreja Católica de Acaú, com pescadores artesanais, marisqueiras e moradores da comunidade. O encontro, acompanhado pelo GRETAS e pela CPP, teve como objetivo apresentar o direito à consulta prévia e iniciar coletivamente o processo de elaboração do protocolo da comunidade.



13 de dezembro de 2025

Durante a atividade, foi realizada a dinâmica do Café Mundial, na qual os participantes se dividiram em grupos para discutir questões relacionadas ao território, à identidade tradicional pesqueira, às ameaças enfrentadas pela comunidade e às formas de defesa dos direitos coletivos. As reflexões foram registradas em cartolinas produzidas pelos grupos.



Escola ECIT Durval Guedes



07 de fevereiro de 2026

A segunda reunião ocorreu na Escola ECIT Durval Guedes, com a dinâmica de reflexão coletiva sobre a autonomia da comunidade tradicional pesqueira, pertencimento, liberdade, organização e defesa do território. Durante o encontro, também foram retomadas as discussões do Café Mundial realizado anteriormente, com a leitura da sistematização dos cartazes produzidos pela comunidade. As falas destacaram elementos importantes da identidade de Acaú, como a pesca artesanal, os festejos tradicionais, a preservação ambiental e o vínculo com o território.



Associação das Marisqueiras de Acaú - AMA

A terceira reunião, na sede da AMA (Associação das Marisqueiras de Acaú) foi debatida a impotência do protocolo e a necessidade de união entre pescadores(as) e marisqueiras, destacando que o protocolo deve garantir o direito da comunidade de ser consultada antes de qualquer intervenção no território.



07 de março de 2026

Durante a reunião, também foram apresentados os princípios da Convenção 169 da OIT, enfatizando o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé. Os participantes discutiram exemplos concretos de impactos ambientais e territoriais já vivenciados em Acaú, além das preocupações com novos empreendimentos na região. A atividade contou ainda com a construção e complementação de um mapa mental sobre a identidade da comunidade, abordando temas como pesca artesanal, mariscagem, ancestralidade, festividades, espaços de convivência, pertencimento territorial, trabalho coletivo e relação com a natureza.

Colônia de Pescadores Z-10 de Acaú



Na reunião na Colônia de Pescadores de Acaú Z-10 a comunidade compartilhou memórias sobre as transformações ambientais e sociais vividas em Acaú, refletindo sobre a importância da organização comunitária para a defesa do território, da pesca artesanal e dos modos de vida tradicionais.



11 de abril de 2026



Reunião no Porto da Pontinha



25 de abril de 2026

Encontro realizado no Porto da Pontinha para dar continuidade à construção coletiva do Protocolo de Consulta da comunidade tradicional pesqueira de Acaú. A reunião reuniu pescadores(as), marisqueiras, moradores e juventude para dialogar sobre a importância do protocolo. Foram apresentados registros fotográficos, cartazes e materiais produzidos durante as reuniões anteriores, além da primeira versão do Protocolo de Consulta. Em grupos, os participantes realizaram a leitura coletiva do documento, sugerindo ajustes, complementações e elementos que representassem melhor a realidade da comunidade. A reunião marcou um momento de fechamento das discussões iniciais do processo de construção do protocolo, consolidando coletivamente as principais demandas, reflexões e formas de consulta definidas pela comunidade de Acaú.







5. CARTOGRAFIA SOCIAL DE ACAÚ

A Cartografia de Acaú foi elaborada coletivamente pelos moradores da comunidade no âmbito do Projeto Seis Verdes Mais Vida, entre os dias 27 de julho e 30 de agosto de 2025. O mapa possui dimensão de 6,56 metros e demandou aproximadamente 180 horas de trabalho.

A autoria da cartografia é de Josilene Gabrito da Silva, Armande Souza, Noemy Badaró Liva, Francisco Manoel do Nascimento Neto e Alex Antônio Santos da Silva, que reuniram conhecimentos tradicionais, memórias e experiências do território para sua construção.

O principal objetivo do mapa é representar a área da Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana a partir da perspectiva de seus habitantes, permitindo o reconhecimento dos territórios de pesca, dos principais ambientes naturais e das formas de ocupação da região.

Esse mapa constitui um instrumento de valorização dos saberes locais e de fortalecimento do território, registrando conhecimentos construídos ao longo de gerações e contribuindo para a defesa dos direitos da população de Acaú.









6. COMO A COMUNIDADE QUER SER CONSULTADA?

Para nós, a consulta não é apenas uma conversa rápida, é um processo que deve respeitar o nosso tempo de organização e do nosso território. Se o governo ou alguma empresa quiser chegar aqui, estas são as nossas regras de como queremos ser ouvidos:

3.1 Como a comunidade gosta de conversar?

Para que a nossa autonomia seja respeitada, exigimos que todas as reuniões sejam presenciais, realizadas em locais onde nos sentimos em casa.

Não aceitamos que a consulta seja apenas com termos técnicos ou documentos não acessíveis, os projetos precisam ser apresentados de forma clara e acessível; por meio de vídeos, fotos e material impresso. Como muitos de nós não sabem ler, é fundamental que as explicações sejam feitas ao vivo e que as mensagens também sejam

enviadas por áudio para que todos compreendam os possíveis impactos.

As reuniões de apresentação devem acontecer com cada associação individualmente (Colônia Z10 de Acaú e AMA) e, posteriormente, com toda a comunidade reunida, sendo obrigatório o registro de tudo em atas e fotos. Além disso, toda a documentação do projeto deve ser enviada previamente para o e-mail ou contato oficial da Colônia Z10 de Acaú e da AMA, sendo os representantes da nossa comunidade, para que possamos analisar com calma.

3.2 Quem deve ser ouvido sempre?

Não aceitamos que falem apenas com uma ou duas pessoas. Toda a nossa comunidade precisa ser escutada, incluindo os pescadores, marisqueiras, artesãos, catadores de caranguejo, e moradores nativos. Fazemos questão de que os nossos idosos participem, pois eles guardam a memória e a história de

Acaú, assim como a nossa juventude e as crianças, que são o futuro deste território. Devendo estar presentes os representantes da Colônia Z-10 de Acaú, da AMA, do Conselho da Resex e de parceiros como o Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras e o GRETAS.

3.3 Onde a consulta deve acontecer?

As reuniões devem ser realizadas em espaços que nós reconhecemos e onde nos sentimos em casa, como:

- Colônia de Pescadores;
- A sede da AMA;
- O salão da Igreja Católica;
- Escola Durval Guedes;



Se houver estrutura adequada, podemos nos reunir também em locais abertos que fazem parte da nossa lida, como:

- O porto dos barcos;
- A arena da Pontinha;

3.4 Quanto tempo precisa?

O nosso tempo é o tempo da maré e da vida na pesca, por isso não aceitamos prazos impostos de fora. Nossas regras de tempo são:

- 30 dias de prazo mínimo para darmos uma resposta após o primeiro contato e envio do projeto pela empresa ou governo.
- 60 dias de intervalo para organizarmos as rodadas de reuniões internas da comunidade.



- 90 dias para construirmos a nossa resposta final após as reuniões, para que possamos debater em família e em comunidade.

- Caso não tenha um acordo, mais 30 dias para outra reunião.

Meses de silêncio: Não realizamos consultas nos meses de janeiro, fevereiro, maio, agosto e setembro.

Esses períodos são essenciais para o nosso trabalho e dinâmica comunitária e devem ser respeitados.

3.5 Como a decisão final acontece?

A decisão final acontece em reunião com toda a comunidade, buscando consenso coletivo. Elas devem ser amplas e abertas, garantido a participação dos moradores do território. Quando necessário, podem ser realizadas reuniões em grupos ou com representantes, desde que a decisão final seja construída com a comunidade reunida.

As reuniões devem ocorrer de forma presencial, com escuta de todos e todas, assegurando que a comunidade esteja presente no processo de decisão. De forma democrática, garantindo o direito de voz e decisão aos povos e moradores tradicionais da comunidade.



PASSO A PASSO DA CONSULTA

Primeiro contato com a comunidade

O primeiro contato deve ser feito por e-mail com os representantes oficiais:

- Colônia de Pescadores Z-10 de Acaú
- Associação de Marisqueiras de Acaú (AMA)

A proposta deve ser apresentada de forma clara e acessível, com vídeos, fotos, material impresso, explicações presenciais e áudios.

Prazo mínimo: 30 dias para leitura, circulação das informações e preparação inicial.

Primeira rodada de reuniões presenciais

Realização de reuniões presenciais separadas com cada associação (AMA e Colônia Z-10 de Acaú) para apresentação detalhada da proposta e esclarecimento de dúvidas. Todo o processo deve ser registrado em atas e fotos.

Objetivo:

- apresentação detalhada da proposta;
- esclarecimento de dúvidas;
- registro das discussões em ata e fotos.

Reunião ampliada com toda a comunidade

Apresentação coletiva do projeto em encontro aberto, garantindo que todos conheçam a proposta e possam se manifestar.

Participação obrigatória de:

- pescadores;
- marisqueiras;
- artesãos;
- catadores de caranguejo;
- moradores nativos;
- idosos;
- juventude de Acaú;
- Conselho da Resex;
- Parceiros como o Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras.

Tempo interno da comunidade

A comunidade necessita de um momento próprio para dialogar, respeitando o ritmo das marés e da atividade pesqueira.

Até 60 dias para:

- reuniões internas;
- debates entre moradores;
- amadurecimento das decisões.

Construção da resposta coletiva

Até 90 dias após as reuniões iniciais, a comunidade constrói sua posição final considerando:

- impactos no território;
- preservação do ambiente
- opinião das famílias;
- acordos coletivos.

Reunião final de decisão

Decisão coletiva da comunidade

Acontece em reunião presencial ampla e aberta.

A decisão deve buscar: consenso coletivo, escuta de todos e todas, participação democrática dos povos e moradores tradicionais

Podem existir reuniões menores durante o processo, mas a decisão final precisa acontecer com a comunidade reunida.

Se não houver consenso:

30 dias para nova reunião e continuidade do processo.

Locais possíveis:

- Colônia de Pescadores;
- sede da AMA;
- salão da Igreja Católica;
- Escola Durval Guedes.
- Porto dos barcos;
- Arena da Pontinha.

CORDEL PROTOCOLO - ACAÚ



Desde que o mundo é mundo
Que o povo aprendeu
Com luta e mobilização
Muita coisa aconteceu
Direitos, melhoria de vida
Vieram de luta sofrida
De quem nunca se rendeu



As empresas vem com força
Contra o nosso pescador
Não se importam com a vida
Nem com desse chão, o valor
Não vamos mais permitir
Uma empresa intervir
Trazendo medo e horror

As palavras são pesadas
Mas a situação também
Acaú já não aceita
Ser feita assim, de refém
Dentro da sua própria casa
Com uma ameaça que vaza
Sem avisar a ninguém

Por isso agora está claro
Escrito e documentado
Acaú vai ser ouvida
Antes de ser começado
Qualquer obra ou projeto
Que queira por no trajeto
Nossa terra como mercado



O território é nosso tesouro
Fonte de renda e de vida
Sendo assim, vamos lutar
Pra ganhar essa corrida
Contra esses empresários
Que farão o necessário
Mas temos ponto de partida

Esse ponto é o protocolo
Protocolo de consulta
Reunidos os pescadores
Hoje conhecem essa luta
E com mobilização
Tornaram ideia em ação
Pra ganhar essa disputa

A comunidade se reúne
Em nome de muita gente
Porque sabemos que juntos
Nossa força é mais potente
Nós juntos, articulando
Podemos ver coisas mudando
Ameaças não indo a frente

Visando apenas seus lucros
As empresas vão chegando
Com as garras para fora
Por cima de todos passando
Querem tomar territórios
Com intuito exploratórios
Vidas e trabalho ameaçando



Protocolo é nossa arma
Uma chance de verdade
Eles podem ter dinheiro
Mas temos identidade
Chamamos todos pra falar
Cada um veio somar
Lutando pela comunidade

Reuniões, encontros, conversas
Muita coisa foi pensada
Pescador e marisqueiras
Juntos nessa caminhada
Acaú está mais segura
Com o protocolo e bravura
Acaú está apoiada

Que isso seja exemplo
Pra outras comunidades
Não abaixem suas cabeças
Agarrem oportunidades
Quem tá junto pode mais
E faz muito melhor quem fez
Pensando em unidade

A burocracia afasta
Mas é possível vencer
Coletividade é a forma
De alcançar e de ver
A mudança se aproximar
E a esperança brotar
Pra solução florescer



Pela segurança de todos
Pelo futuro do nosso chão
Pra mostrar que nosso povo
Sabe estar em comunhão
Lutando pelo que importa
E mostrando que suporta
Do capitalismo, a pressão

Cordelista: Aline de Sousa
Furtado

